

## Informe de Política Exterior Brasileira

Nº 894

04/01/2026 a 10/01/2026<sup>1</sup>

O Observatório de Política Exterior Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal gerido pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e executado por docentes e discentes da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca.

**Em 2009, o OPEB ganhou o prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e, em 2011, ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.**

O informe é uma resenha a respeito das notas à imprensa do Ministério das Relações Exteriores e das notícias que têm por tema central a política exterior brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

**Coordenação:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Bárbara Motta, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marília Carolina Souza Pimenta.

**Equipe de revisão:** Amauri Marcelo Fernandes Junior, David Crispim Bernardes, Mariah dos Reis Eller Figueira Soares, Pedro Lopes da Ponte e Ríllari Ferreira Castro e Silva.

**Equipe de redação:** Ana Cecília Aquino dos Santos, Arthur Lellys Freire Marques de Freitas, Ícaro Busch Molon Rigo, João Mateus Rodrigues da Costa Dora, Lucas Sandrini Furtado, Luciana Melo dos Santos, Maria Eduarda Cater Souza Monteiro, Maria Eduarda Sales de Paiva, Nara Brisa Aragon Pereira, Rebeca dos Santos Tosta, Robson Abraão Fonsêca Viana, Sthephany dos Santos Diniz e Thaíssa Fernanda de Oliveira Souza.

---

<sup>1</sup>Nos dias 5, 6, 7 e 10 de janeiro não houve notas do MRE.

**Brasil e aliados rechaçaram operação militar dos EUA na Venezuela e alertaram sobre recursos naturais**

No dia 3 de janeiro, os Estados Unidos executaram uma operação militar na Venezuela, especificamente em Caracas, a qual resultou na captura do presidente Nicolás Maduro e em seu transporte para Nova York para julgamento. Em resposta, no dia 4 de janeiro, por meio de nota oficial divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores, os governos do Brasil, Espanha, México, Chile, Colômbia e Uruguai rechaçaram veementemente a ação militar unilateral, por considerá-la contrária aos princípios de soberania e de proibição do uso da força. Ademais, esses países expressaram preocupação com eventuais tentativas de controle ou apropriação externa de recursos naturais venezuelanos, declarando que tais atos seriam incompatíveis com o direito internacional e representariam uma ameaça à estabilidade regional, ao defenderem que a solução para a crise deve ser alcançada exclusivamente por meios pacíficos e mediante diálogo interno ([Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 04/01/2026](#)).

**Fronteira entre Roraima e Venezuela foi reaberta após fechamento por ataque dos EUA**

No dia 3 de janeiro, em decorrência do ataque militar dos Estados Unidos à Venezuela, as autoridades venezuelanas fecharam a fronteira com o Brasil, especificamente no estado de Roraima. Contudo, ainda no mesmo dia, o tráfego foi reaberto de forma escalonada: primeiramente, às 13h, para turistas brasileiros retornarem e, posteriormente, às 15h, com a normalização total do fluxo nos dois sentidos. No dia 4 de janeiro, conforme informou o governo de Roraima, a passagem em Pacaraima já operava normalmente, com guardas venezuelanos realizando fiscalização aduaneira de rotina na região comercial. Paralelamente, o governo brasileiro montou um plano de contingência para um eventual agravamento da crise e possível fluxo migratório, embora tenha considerado seu contingente militar na região como suficiente para a situação ([Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 04/01/2026](#)).

**Brasil reconheceu Delcy Rodríguez como governante interina após posse em Caracas**

No dia 5 de janeiro, em Caracas, a embaixadora do Brasil na Venezuela, Glivânia Maria de Oliveira, compareceu à cerimônia de posse de Delcy Rodríguez como líder interina do país. O ato ocorreu após determinação do Supremo Tribunal venezuelano para que ela assumisse o Executivo por 90 dias, subsequente à



captura de Nicolás Maduro pelos Estados Unidos. O reconhecimento formal pelo governo brasileiro havia sido antecipado no dia 3 de janeiro, quando a secretária-geral do Itamaraty, Maria Laura da Rocha, afirmou que Delcy, na qualidade de vice-presidente, estava como presidente interina. Ademais, ainda no dia 3, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve um telefonema com a nova governante para confirmar informações sobre a crise ([Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 05/01/2026](#)).

**Representante do Brasil na OEA classificou captura de Maduro como sequestro**

No dia 6 de janeiro, durante reunião do conselho permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) em Washington, o embaixador brasileiro Benoni Belli utilizou publicamente o termo "sequestro" para se referir à remoção forçada do presidente venezuelano Nicolás Maduro durante a operação militar dos Estados Unidos em 3 de janeiro. Belli afirmou que os bombardeios e o sequestro ultrapassaram uma linha inaceitável, constituindo uma afronta grave à soberania da Venezuela e um precedente perigoso para a comunidade internacional. Esta foi a primeira declaração oficial de uma autoridade do governo Lula a empregar tal terminologia publicamente, em um endurecimento do discurso, uma vez que, inicialmente, o presidente havia utilizado a palavra "captura" em sua reação ([Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 06/01/2026](#)).

**Secretaria de Comércio Exterior avaliou 2025 como ano de resiliência e projetou maior superávit para 2026**

No dia 7 de janeiro, em Brasília, a secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Tatiana Prazeres, afirmou que o ano de 2025 foi marcado pela resiliência do comércio exterior brasileiro, mesmo diante das tarifas discriminatórias impostas pelos Estados Unidos e de incertezas globais. Apesar disso, o país registrou seu terceiro maior superávit comercial da história, de US\$ 68,3 bilhões, embora com uma queda de 7,9% em relação a 2024. Prazeres destacou que o crescimento robusto das exportações para outros mercados, como Argentina, China, Canadá e Índia, mais do que compensou a retração de 6,6% nas vendas aos EUA. Para 2026, a secretaria projetou um aumento do superávit, com expectativa entre US\$ 70 bilhões e US\$ 90 bilhões, e reiterou o empenho do governo na eliminação das sobretaxas americanas e na expansão da rede de acordos comerciais, citando as tratativas com União Europeia, Canadá e Emirados Árabes ([Folha de S. Paulo - On-line - Economia- 07/01/2026](#)).

## **Governo brasileiro priorizou estabilidade na Venezuela sob Delcy e evitou exigir eleições**

Após a captura de Nicolás Maduro pelos Estados Unidos em 3 de janeiro e a posse de Delcy Rodríguez como líder interina em 5 de janeiro, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva adotou uma estratégia de duas frentes. A primeira consistiu em denunciar publicamente a operação militar americana como uma violação do direito internacional e da soberania venezuelana. A segunda focou em contribuir para a estabilidade política do país, reconhecendo Delcy como a interlocutora legítima, como evidenciado pelo telefonema de Lula a ela no dia 3 e pela presença da embaixadora brasileira em sua posse. Contudo, diferentemente de países europeus e do Canadá, o Brasil evitou qualquer menção à necessidade de uma transição democrática ou à realização de eleições no país vizinho, priorizando o princípio da não intervenção e buscando evitar uma conflagração que pudesse impactar a região ([Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 08/01/2026](#)).

## **Presidente Lula manteve conversas com líderes de Colômbia, México e Canadá sobre crise na Venezuela**

No dia 8 de janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve telefonemas separados com o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, a presidente do México, Claudia Sheinbaum, e o primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney, para tratar da crise na Venezuela após o ataque dos Estados Unidos em 3 de janeiro. Em todas as conversas, realizadas de Brasília, os líderes rejeitaram o uso da força, classificando a operação americana como uma violação da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, além de um precedente perigoso para a paz regional. Lula e Petro, em particular, concordaram que a solução deve ser alcançada por meios pacíficos, por meio de diálogo e respeito à vontade do povo venezuelano, e saudaram a liberação de presos anunciada pelo parlamento venezuelano. Ademais, Lula informou sobre o envio de ajuda humanitária do Brasil à Venezuela e convidou Sheinbaum e Carney para visitas ao país, tendo este último demonstrado interesse em acelerar as negociações de um acordo comercial entre Mercosul e Canadá ([Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 08/01/2026](#)).

## **Acordo Mercosul-UE aprovado pela Europa teria impacto positivo maior no PIB brasileiro, apontou estudo do Ipea**

No dia 9 de janeiro, após a aprovação do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia pelo Conselho Europeu, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica



Aplicada (Ipea) de 2024 indicou que o tratado tem potencial para elevar o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 0,46% até 2040, um ganho maior do que o projetado para a UE (0,06%) e os demais países do Mercosul (0,2%). A pesquisa também apontou que os investimentos no Brasil cresceriam 1,49% em comparação com um cenário sem o acordo. Conforme especialistas, os principais beneficiários no Brasil seriam os setores agropecuários, que teriam tarifas eliminadas para 77% de seus produtos na UE, enquanto setores industriais como equipamentos elétricos e farmacêuticos poderiam sofrer maior concorrência. Além do impacto econômico, a aprovação foi vista como uma sinalização geopolítica importante, embora a entrada em vigor do acordo ainda dependa de ratificações nacionais e possa levar pelo menos um ano ([Folha de S. Paulo - On-line - Economia- 09/01/2026](#)).

### **Brasil decidiu devolver à Argentina a custódia de sua embaixada na Venezuela após mudança no cenário político**

No dia 8 de janeiro, o governo brasileiro comunicou à Argentina sua decisão de devolver a responsabilidade pela representação diplomática argentina em Caracas, custódia que o Itamaraty mantinha desde agosto de 2024. A passagem do bastão, iniciada na semana seguinte, ocorreu após avaliação interna de que, com a remoção de Nicolás Maduro do poder pela operação militar dos Estados Unidos em 3 de janeiro, o momento crítico que justificava a proteção brasileira havia sido superado. A medida também se deu em um contexto de atritos entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o mandatário argentino Javier Milei sobre a postura frente à crise venezuelana. O Brasil, contudo, manteve a representação diplomática do Peru em Caracas e, antes de encerrar sua custódia, ainda solicitou à Venezuela a soltura de um policial argentino preso em dezembro de 2024 ([Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 10/01/2026](#)).

---

### **Seis países e Espanha condenaram ações militares unilaterais na Venezuela**

No dia 4 de janeiro de 2026, por meio de nota à imprensa, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) divulgou que Brasil, México, Chile, Colômbia, Uruguai e Espanha



expressaram, conjuntamente, profunda preocupação e rechaço às ações militares executadas de forma unilateral no território venezuelano. Os governos consideraram que tais ações contrariaram princípios fundamentais do direito internacional e constituíram um precedente perigoso para a paz regional. Posteriormente, reiteraram que a solução para a situação no país deve ser alcançada exclusivamente por meios pacíficos e por um processo político inclusivo liderado pelos venezuelanos. Além disso, reafirmaram o caráter da América Latina e do Caribe como zona de paz e manifestaram preocupação com qualquer tentativa externa de controle ou apropriação de recursos naturais do país, o que classificaram como uma ameaça à estabilidade regional ([Notas à Imprensa - MRE - 04/01/2026](#)).

**Governo do Brasil comunicou concessão de agrément para embaixador em Omã**

No dia 8 de janeiro de 2026, por meio de nota à imprensa, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) informou que o governo do Sultanato de Omã concedeu agrément ao Ministro de Segunda Classe João Batista do Nascimento Magalhães, designado como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país. Consequentemente, a designação do diplomata, que atualmente exerce a função de Ministro-Conselheiro na Embaixada em Pequim, será submetida à apreciação do Senado Federal, conforme determina a Constituição ([Notas à Imprensa - MRE - 08/01/2026](#)).

**Brasil saudou aprovação do Acordo Mercosul-União Europeia**

No dia 9 de janeiro de 2026, por meio de nota à imprensa, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) comunicaram que o Brasil saudou a decisão do Conselho da União Europeia de aprovar a assinatura do Acordo de Parceria MERCOSUL-União Europeia. Consequentemente, a cerimônia de assinatura, que integrará dois dos maiores blocos econômicos do mundo, deverá ocorrer em data e local a serem acordados conjuntamente, após mais de 26 anos do início das negociações ([Notas à Imprensa - MRE - 09/01/2026](#)).